

*“A guerra
deixou mais
estilhaços e
menos stress
do que se
pensava”*

capa

A guerra de estilhaços e do que se pe

É o fim de um tabu. Um estudo científico revela, pela primeira vez, que a geração de soldados feridos em combates no Ultramar queixa-se muito mais dos estilhaços e menos de stress pós-traumático do que se julgava. O Estado falhou no primeiro filtro de socorro, sublinha o grupo de investigadores que andou dois anos aos papéis. O que agora se sabe abre um debate e obriga a reavaliar o tratamento dos militares no Afeganistão, Bósnia, Líbano e Timor-Leste. A guerra colonial começou em África há 50 anos.

Texto Lurdes Ferreira



xou mais menos stress nsava



capa

Do pinhal de Fão a Odivelas e Faro, não se sabe bem quantos ex-combatentes sobrevivem nas ruas. Às vezes, a intervenção das associações de antigos combatentes e de instituições de solidariedade tem sucesso e a reintegração acontece. Outras, o medo de sair da rua é mais forte do que a perspectiva de uma vida com telhado e paredes.

São todos casos de desgaste psicológico da guerra ou, mais grave, de doença de stress pós-traumático crónico. A sociedade revisita-os através da televisão por altura do Natal, mas não lhes deu uma resposta capaz até hoje. "A sociedade culpa-os, varre-os, esquece-os", diz o presidente da Liga dos Combatentes, Joaquim Chito Rodrigues.

O programa de saúde e inclusão social desta instituição, que presta apoio médico e psicológico a 1500 combatentes e famílias, sinalizou 80 em situação de sem-abrigo, no último ano, a maior parte dos quais em Lisboa, alertando para mais 300 combatentes e famílias em risco de exclusão social. A Comunidade Vida e Paz, por intermédio da Associação de Combatentes do Ultramar Português (ACUP), acabou por identificar 20 ex-combatentes sem abrigo entre os seus membros e que entretanto foram reinseridos ou morreram, tendo mais quatro neste momento em acompanhamento. É o Ministério da Defesa que tem os números mais globais: refere um primeiro levantamento de cerca de 100 casos, em 2010, com base na colaboração com todas as associações de antigos combatentes com as quais tem protocolos. Deste grupo, "a maioria já dispunha de algum apoio", mas ainda com respostas incompletas, diz.

Início de grande discussão

Ao fim de 37 anos, depois de um milhão de soldados recrutados, 10 mil mortos e 30 mil feridos, o país continua sem saber ao certo quantos antigos combatentes ainda vivem com doenças psicológicas. E descobre agora que muito menos sabe quantos ainda vivem limitados com ferimentos físicos.

Uma equipa envolvendo o Ministério da Defesa, o Instituto Superior de Tecnologias Avançadas (Istec), a Academia Militar, a Escola do Serviço de Saúde Militar, o Centro de Psicologia Aplicada do Exército e o Arquivo Geral do Exército e com elementos das áreas da psicologia, sociologia, direito, engenharia e economia, dedicou-se durante dois anos a este tema e encontrou uma realidade diferente da imaginada. O grupo partiu para cerca de dois anos de trabalho com a ideia de que a guerra colonial provocou níveis significativamente elevados de doença de stress pós-traumático crónico, em cerca de 15 por cento do total dos

militares expostos a combate. Tem sido essa a estimativa de referência sobre as sequelas na saúde dos antigos combatentes.

Desta vez, o grupo encontrou, num conjunto de 3020 queixas de ex-combatentes do exército, todas com decisão superior, casos de doença de stress pós-traumático crónico que não passam os nove por cento do total, enquanto mais de metade, 52 por cento, reportaram ferimentos simples não tratados (36 por cento) ou múltiplos (16 por cento). A par destes dois grupos, ainda há 19 por cento com doenças emocionais secundárias, segundo a radiografia da *Caracterização das Situações de Campanha ou Equiparadas no Âmbito do Estatuto do Deficiente das Forças Armadas – Feridas de Guerra: (In)Justiça Silenciosa*.

"É o fim de um tabu. Os ferimentos físicos são a grande queixa, não o stress crónico", diz João Andrade da Silva, coronel na reserva e coordenador do trabalho, surpreendido quanto ao resultado da investigação, cuja principal motivação foi o stress de guerra dos militares que combateram na Guiné-Bissau, Angola e Moçambique. Comentário dos autores: "Nada haveria de surpreendente se o grosso das queixas configurasse stress pós-traumático tardio. Mas, em vez disso, mais de metade referem-se a ferimentos simples e múltiplos." O coordenador acrescenta que "o dado mais inesperado é andarmos ainda a tratar de queixas do foro biológico" ao fim destes anos.

A investigação baseou-se nas 3020 queixas de antigos militares apresentadas entre 1997 e 2006, que procuravam a atribuição da classificação de deficiente das forças armadas.

Estas queixas deram origem a processos com decisões oficiais e guardados nos serviços jurídicos do Ministério da Defesa (DeJur). Em 1997, a lei que reconhece a doença de stress pós-traumático para efeitos de classificação de deficiente das forças armadas ainda não tinha entrado em vigor (foi em 1999). E 2006 fica dentro do limite razoável para os prazos que a ciência dá para a manifestação das doenças emocionais provocadas pelos traumas da guerra (admite demorar até 30 anos). O conjunto das doenças emocionais (o stress pós-traumático agudo e crónico, este mais grave) pesa hoje cinco vezes mais do que na triagem feita durante a guerra.

O fim do tabu significa, na verdade, o início de uma grande discussão e os autores são os primeiros a reconhecê-lo. Recusam comparações com outros estudos por tratarem de populações diferentes, mas realçam que a surpresa se instalou e se abriu espaço a nova investigação. Este estudo "não confirma nem infirma", responde Andrade da Silva, "não é uma estimativa, é uma verdade" sobre a população de ex-militares que se queixaram, mas se o stress pós-traumático crónico "tivesse tanta relevância, teria de ter um reflexo muito mais intenso nesta amostra". Todo este grupo pertenceu ao Exército, o ramo mais afectado na guerra e mais exposto a situações traumáticas, e foram queixas tardias.

O pressuposto inicial de que a "quase totalidade dos queixosos seriam pessoas afectadas por doenças emocionais com emergência tardia" não se confirmou e os queixosos tardios "apresentaram muitos outros traumas que não são do foro emocional", contrariamente



Angola, evacuação de um ferido, em data posterior a 1965. Muitos militares evitaram, na época, o estigma de deficiente

AUTOR NÃO IDENTIFICADO/IMH

Ao fim de 37 anos,
depois de um
milhão de soldados
recrutados,
10 mil mortos
e 30 mil feridos,
o país continua
sem saber ao certo
quantos antigos
combatentes ainda
vivem com doenças
psicológicas. E
descobre agora
que muito menos
sabe quantos ainda
vivem limitados com
ferimentos físicos

às "estatísticas que referem 10 por cento ou mais de antigos militares" com esta doença. Em contrapartida, o grupo de feridos impôs-se. É este desalinamento que prenuncia o debate e a necessidade de a ciência se dedicar mais à herança dolorosa da guerra.

No início da década de 2000, o estudo epidemiológico do psiquiatra Afonso de Albuquerque sobre a prevalência do stress pós-traumático na população portuguesa com mais de 18 anos, a partir de uma amostra de mais de duas mil pessoas, extrapolou que existiam 55 mil pessoas ex-combatentes com esses sintomas indicadores. Significava, à data, um valor próximo dos da guerra do Vietname – 15 por cento dos militares expostos a combate tinham passado à fase crónica da doença –, que serviram também de referência a este autor. É um número obrigatório no debate que se fez.

As reservas de Albuquerque

Afonso de Albuquerque ainda não conhece o novo estudo, mas previne também que não se podem comparar amostras diferentes, neste caso muito diferentes. Coloca algumas reservas no que se refere ao risco de a população analisada ser muito heterogénea e ao facto de se tratar de processos que "não têm a ver com a doença em si, mas com o grau de incapacidade que a doença provoca". Este psiquiatra, impulsor da associação de ex-combatentes com esta doença, a Apoiar, não planeia voltar a estudá-la, mas admite que o tempo muda os resultados. "Se tivéssemos feito o estudo logo a seguir à guerra, teríamos números muito mais elevados. Há gente que melhorou gradualmente e não entrou em descompensação. Num estudo feito hoje, já não vou encontrar 55 mil, seriam menos. Alguns já morreram, outros provavelmente trataram-se ou a própria evolução da doença foi menos grave."

Joaquim Chito Rodrigues, o presidente da Liga dos Combatentes, também não comenta os resultados, alegando que a sua instituição está a desenvolver uma investigação própria, a concluir em 2012, mas aceita que o estudo dê "e bem" valores mais baixos do que os conhecidos até agora quanto ao stress de guerra crónico. A experiência também lhe diz que o número é "relativamente reduzido face aos mutilados". Outras associações ou desconhecem ou esperam para conhecer o estudo. Para o Ministério da Defesa, é um primeiro estudo que carece de mais investigação.

A razão para o volume de queixas encontrado é o falhanço do primeiro filtro de socorro e apoio aos militares vitimados, na opinião dos investigadores. "Vinte a 40 por cento destes foram mal diagnosticados ou tiveram diagnósticos optimistas", segundo Andrade da Silva, atirando o número total de acidentados na guerra para lá dos 25 mil militares, a caminho dos oficiais 30 mil. Esta "relativa ineficácia", segundo os autores, ter-se-á devido a aspectos organizativos,

reflectidos em diagnósticos que dificultaram um apoio adequado aos militares.

Sem base de dados única

Mais de três décadas após o fim da guerra, os antigos combatentes têm ainda um capital real de queixa e inesperado. Eram oficiais superiores, subalternos e capitães, sargentos e praças do Exército, ramo em que o estudo se fixou por impossibilidade de superar as diferenças de métodos em relação aos outros e pelo facto de o Exército ter sido o mais envolvido na guerra.

Sem critérios homogéneos, Portugal também não tem uma base de dados única sobre os militares que foram para o Ultramar e continua a não tê-la para as guerras que se seguiram, na Bósnia, Timor, Líbano e Afeganistão. No prazo mais breve, o que se promete é a criação de uma base de dados dos deficientes militares do Exército, em 2013, e hoje espalhados por vários departamentos, diz o Ministério da Defesa à Pública.

O grosso das reclamações (85 por cento) analisadas pela equipa veio de homens que à data da incorporação viviam no campo, com o ensino primário feito ou incompleto e foram quase sempre incorporados como praças. São também estes que se queixam mais de ferimentos únicos ou múltiplos, comuns a acções de guerra subversiva de patrulhamento apeado e motorizado, com acidentes de viação, minas e tiros. Para estes casos, "esperar-se-ia que ainda no decorrer da guerra ou logo após o seu término, a maior parte das queixas estivesse devidamente enquadrada e acompanhada", mas não foi isso que aconteceu.

A um quarto dos reclamantes o Estado deu razão, tendo-lhes concedido o estatuto de DFA (deficientes das forças armadas). Metade destes tinha uma incapacidade inferior a 30 por cento, mais de um terço tinha entre 30 e 60 por cento e ainda houve quem tenha esperado mais de três décadas para ver reconhecido um grau de incapacidade superior a 60 por cento (5,5 por cento da amostra).

Nos casos dos ferimentos simples, a razão era tão óbvia que o Estado concordou com a quase totalidade dos queixosos, atribuindo-lhes uma média geral de incapacidade de 17,5 por cento. O sistema de triagem precoce para os casos mais graves, logo após o incidente, o primeiro filtro médico-psicológico e administrativo e social, parece que "funcionou com adequada eficiência".

Para muitos, porém, os ferimentos lá ficaram, concentrados nas pernas, nos braços e nas costas, segundo os relatórios oficiais consultados pelos autores, e que os convenceram de que o tipo de distribuição de ferimentos e a grande incidência nos praças, à frente no terreno da guerra subversiva, se deveram sobretudo a estilhaços provocados pelo rebentamento de explosivos. Perceberam também que o número de incidentes subia significativamente na época seca e no primeiro ano de comissão do militar. →

Foto do plano anterior: Guiné, largada de pára-quedistas em Madina do Boé, o mais flagelado dos destacamentos portugueses, 1969

capa

Perante a baixa representação de militares com esta doença, o estudo socorreu-se da evolução da ciência e estendeu-o às outras doenças emocionais, como ansiedade, neurose e depressão, que a guerra também provoca. Nas doenças psicológicas, já não são os antigos praças quem mais sofre mas os oficiais. O Estado concedeu à quase totalidade deste grupo de queixosos um grau de incapacidade superior a 30 por cento.

Um calvário

Foi o contacto directo e repetido com situações de violência que marcaram estes homens, que não faziam uma guerra ofensiva e eram mais sujeitos a emboscadas em patrulhamentos. O stress de guerra não é fácil de diagnosticar e os estudos dizem que pode manifestar-se entre uma semana e 30 anos após o evento traumático. A lei portuguesa só em 1999 o reconheceu como doença, a geração que passou por ela está a entrar na reforma e a sociedade deixou de discriminar quem se queixava, sendo considerados factores favoráveis ao aumento de casos com esta doença.

O reconhecimento de deficiência incapacitante para os antigos soldados é um calvário. Passam por requerimentos de queixa, por juntas de inspecção, por comissões de pareceres, por despachos sucessivos até chegarem ao veredicto do ministro da Defesa. O tempo médio de espera para cumprir todos estes passos é de cinco anos e meio, com mais de metade do tempo passado na inquirição e definição da classificação e o restante entre instâncias de verificação e homologação de procedimentos.

A média esconde, no entanto, as dezenas de casos que se arrastam por 10, 15, mesmo 16 anos, como os autores comprovaram, pedindo, nos casos de stress de guerra, mudanças profundas, "para evitar que no fim do processo os ex-combatentes estejam piores do que no início, por força do prolongado procedimento".

Em resposta às perguntas da Pública, o Ministério da Defesa dá prazos ambiciosos. "Idealmente, o nosso comprometimento, que conta com a adesão dos ramos, é com uma meta temporal que não venha a exceder um ano", segundo o secretário de Estado da Defesa.

E por que se queixaram tão tarde estes ex-militares, aos 50 anos? As razões são várias, mas uma parece consensual. Nenhum dos ferimentos simples e múltiplos era de gravidade extrema, mas passaram "a ser pressentidos como verdadeiros problemas, com a idade mais avançada". Outras razões: mais e melhor acesso à informação, associativismo mais eficaz, leis mais amigáveis, criação da rede de apoio e finalmente a libertação de constrangimentos sociais e psicológicos. No passado, queixar-se "significava dar parte de fraco e ser criticado por outros camaradas". "Eram 'cacimbados'", tinham "neuroses", diz Andrade da Silva, que enviou sínteses do estudo aos candidatos presidenciais.

O preconceito social não foi apenas portu-

guês. A Organização Mundial de Saúde incluiu o DSPT na Classificação Internacional das Doenças apenas em 1992.

No caso dos feridos simples ou politraumatizados, admite-se que muitos queixosos tentaram ainda "evitar o estigma de deficiente para quem inicia uma vida e com um casamento pela frente", quando regressaram da guerra, com 20 anos, ocultando os estilhaços alojados no corpo.

Os investigadores tendem a distinguir entre stress pós-traumático crónico e as outras doenças emocionais menos graves, com a primeira mais ligada ao envolvimento directo ou testemunho de um ou mais acontecimentos violentos em combate, e as outras à manifestação em situações de pressão possíveis tanto na guerra como fora dela. A principal mola é a "vivência geralmente repetida de acontecimentos traumáticos (emboscadas, minas e outros) sem que o queixoso tenha sido fisicamente atingido, mas assistiu a ferimentos e mortes de camaradas seus".

Alguna perplexidade

Num estudo de 1987 de vários autores norte-americanos sobre os veteranos da guerra do Vietname, verificou-se que os militares capturados ou envolvidos em mortes de civis ou foram expostos a atrocidades constituíam um grupo de maior risco ao stress pós-traumático: 70 por cento destes militares desenvolveram a doença.

Para os três milhares de queixosos do novo estudo português, a guerra durou mais 30 anos do que na versão oficial. É "significativo, até surpreendente, ao nível de um segundo filtro, ou seja, num processo de triagem, 30 anos depois dos incidentes, para um conjunto de traumas que não se prende com doenças de emergência retardada, mas com ferimentos", sublinham os autores. Para estes, "é uma realidade que perante tão elevados graus de desvalorização deixa alguma perplexidade, de como os défcies foram suportados até aos 50 e mais anos de idade".

A equipa não tem dúvidas de que "a constatação de um número significativo de feridos obriga a uma profunda revisão das metodologias de diagnóstico aquando das ocorrências, no fim da vida militar e no seguimento médico".

Não sabem se mais surpresas podem surgir até que esta "geração da guerra colonial" chegue globalmente à reforma. Face ao tempo que resta e ao ritmo de entrada de processos, o Estado deverá receber 1800 queixas adicionais até 2015, ano em que se estima dê entrada a última. Com o tempo médio de processos nos cinco anos, significa que os últimos casos serão decididos apenas por volta de 2020. Talvez por essa altura a guerra de África acabe.

lurdesf@publico.pt

Moçambique, levantamento de uma mina, ano incerto. Uma acção comum da guerra subversiva que Portugal fez

"É o fim de um tabu. Os ferimentos físicos são a grande queixa, não o stress crónico", diz João Andrade da Silva, coronel na reserva e coordenador do trabalho, surpreendido quanto ao resultado da investigação. "O dado mais inesperado é andarmos ainda a tratar de queixas do foro biológico"



capa

Silvério Rodrigues desafia a vida

O ex-combatente do Exército que chegou à Guiné aos 24 anos e 28 dias depois se viu biamputado dos antebraços e com uma cegueira bilateral não se queixa de a vida o ter surpreendido. De cada vez que isso acontece, ele desafia-a. "Politraumatizados como eu não são muitos e não são muitos os que dão a cara", diz. Os politraumatizados como ele que teimaram em continuar no activo ainda devem ser menos.

Silvério Rodrigues sobreviveu à explosão de uma granada que trazia consigo e que rebentou por simpatia, em Outubro de 1971, ainda não tinha feito um mês de guerra nem seis de casado. Desse tempo, lembra que se sentiu uma "fénix destruída" e que na viagem dramática de evacuação para o Hospital Militar em Lisboa, só pensava em "entregar-se às mãos dos médicos e vencer", com um único objectivo: "não podia ser o ceguinho em casa".

Seguiram-se anos de operações, de próteses, de fisioterapia, de recuperação e de aprendizagem e dois momentos decisivos de desafio. O primeiro ocorreu em finais de 1975, ao cruzar-se com médicos alemães, através da Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA). O país pós-revolucionário estava na moda e os efeitos da guerra colonial interessavam aos médicos estrangeiros. Podia ter ido mais cedo à Alemanha, mas "no Hospital Militar diziam que em Hamburgo não aceitavam cegos. O Governo é que não queria para não sermos mostrados".

Por acordo com os serviços militares, reconhecendo estes que a medicina europeia estava muito mais avançada, foi quatro vezes à Alemanha, a Hamburgo, entre operações e recuperação, uma delas para adaptar ao braço os comandos nervosos do polegar e dos outros dedos. A operação sensível usou a chamada técnica de Krukenberg, com as extremidades do úmero a funcionarem em pinça e a reabilitação foi considerada um sucesso no dia em que conseguiu segurar uma folha de papel.

No "auxiliar extraordinário", como lhe chama, encaixa uma bengala especial que trouxe da Alemanha e com a qual anda na rua. Também foi lá que fez uma reconstrução dos tímpanos por ter ficado surdo também. Aprendeu que podia comer por si, com os objectos certos. Também descobriu que podia escrever, um projecto que levou a sério desde que verificou que o Estado lhe alterara o bilhete de identidade e assinalara "não sabe escrever". "Ainda se fosse, 'não pode escrever'...", comenta. Tem uma caneta com hastes que encaixam no braço e um elástico que lhe marca a linha e assina - e foi assim que o seu nome manuscrito voltou ao B.I.

Com a saída, em 1976, do diploma que permitia aos militares acidentados a opção pelo activo, Silvério, que tinha o curso de regente agrícola, desafiou mais uma vez a vida, ao decidir que a sua incapacidade de 100 por cento não o ia

Idade
63 anos
Estado
Politraumatizado
Grau
de incapacidade
100 por cento

impedir de ter uma vida no activo. Apesar de ter a lei do seu lado, a instituição militar dividia-se, uns opunham-se-lhe, outros apoiaram-no e conseguiu. A lei ainda não era a regra. "Era a mentalidade do país. Foi uma luta tremenda. Não podia exercer a minha actividade, claro, mas optar pelo activo permitiu-me seguir a carreira militar e ter conhecimentos". Um dia, no centro de reabilitação em Lisboa disse que ia ao supermercado. Foi de Alvalade ao Ministério do Exército, de metro e autocarro, tratar de arranjar uma ocupação e voltou. Outro dia, apareceu de surpresa em Santarém. Fazia isso "como uma prova e se fosse tímido não fazia nada".

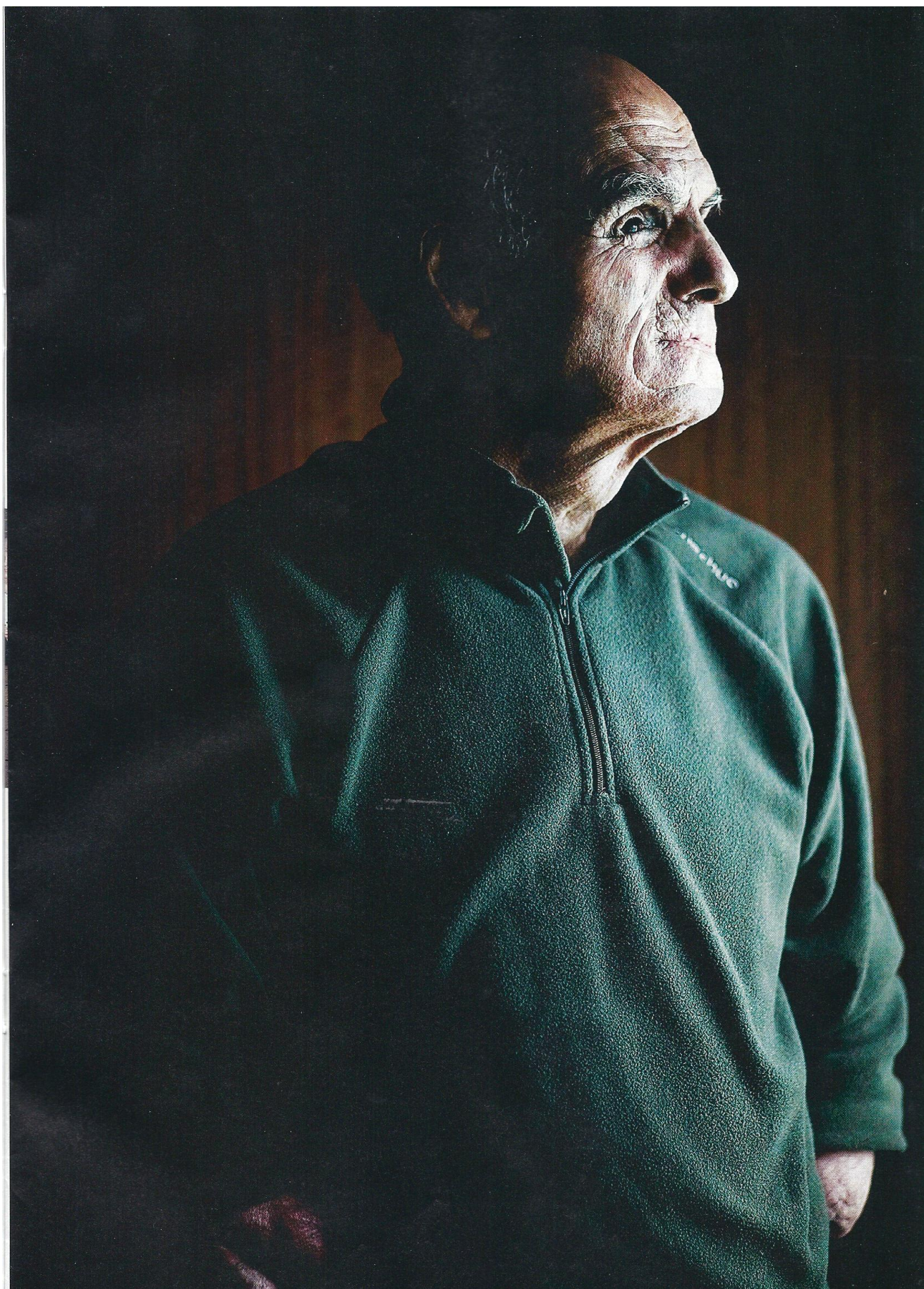
Os primeiros anos dos nove que trabalhou na Escola Prática de Cavalaria, em Santarém foram uma fase difícil de adaptação. Seguiram-se mais seis, que considera especiais, no presídio militar de Santarém, onde começou o trabalho social. "Era o psicólogo, o padre, era saber ouvir os homens". Ajudou a introduzir dois cursos de soldados, coordenava os estágios e tomava conta das saídas de Natal. Os homens que escolheu nunca o deixaram mal: voltaram sempre. Compensou-o "vê-los ocupados e com outras perspectivas de vida", chegando a organizar visitas, exposições de pintura e a formar um coro.

Foi depois para a ADFA acompanhar os chamados grandes deficientes, mantendo hoje contacto com alguns deles. Lembra a rede de leitura que organizou, as visitas guiadas. Reformado há oito anos, vive hoje em Montalegre, perto do Sardoal.

Silvério Rodrigues é um homem convicto de que a opção pela vida activa o ajudou a reencontrar-se. "Foi a minha sorte grande". Sente que lhe deu ocupação, contactos, novos ambientes, estabilidade e segurança financeira para educar os filhos - no balanço que faz não há custos, só benefícios.

"Não se aprende parado em casa", diz. A "prova" não era apenas andar sozinho pela cidade, era ser, para os quatro filhos que tinham entretanto nascido, "um pai como os outros", sobretudo nos primeiros anos em que saía de manhã cedo de casa para uma vida de trabalho com a qual ainda não tinha aprendido a lidar. "Muitas vezes, não sabia o que ia fazer, mas tinha de ir, para mostrar aos meus filhos". Difícil foi também a decisão de os colocar nos Pupilos do Exército e no Instituto de Odivelas, "por ser duro para eles", mas garante que "hoje reconhecem que foi o melhor". A meio da semana e ao fim-de-semana matavam saudades. O que trouxeram de lá? "Disciplina, método, força e conhecimento", responde o pai. Tem três economistas em casa, um a fazer doutoramento, e o mais novo a estudar Desporto.

O computador, através do qual comunica com muitos outros ex-combatentes, é a sua biblioteca. Tem lá milhares de livros, mas também requisita às bibliotecas de Abrantes e Gaia, por cederem obras sem pedido prévio de suportes digitais. "Estou cego, não sou cego. Não vejo o lado material da vida, vejo de outra maneira e procuro aprender", explica. Aprendeu a "olhar para dentro", a meditar, orar, a resolver lutas de quem teve de renascer, de "quase enlouquecer". Lembra-se da árvore e da fruta: em frente à árvore que é a vida, procura sempre o lado da fruta boa, mesmo que, para lá chegar, caia muitas vezes. E a fénix? "Agora plana." L.F.



Alberto Muasse sente que o tratam como lixo



ENRIC VIVES RUBIO

Longe de Nampula, da mulher, dos filhos e dos netos, Alberto Muasse fez 70 anos no passado dia 20 de Janeiro. Não regressa ao seu país de origem enquanto não conseguir resposta. O moçambicano que combateu ao lado dos portugueses e recebe uma pensão de invalidez de 1500 meticais do Estado português não consegue vislumbrar o fim do "castigo" que vive desde que chegou a Lisboa, há quase cinco anos.

Com ferimentos físicos múltiplos e uma incapacidade que a Associação de Deficientes das Forças Armadas (ADFA) calcula em 80 por cento, só quer que o Estado reveja a sua pensão de invalidez. O processo até parecia simples, bastava requerer a classificação automática como deficiente das forças armadas ao abrigo de uma lei que vigora desde 1973. Foi para isso que veio a Portugal.

Ficou a saber que tinha direito ao estatuto de DFA apenas em 2007, através de uma acção de informação da ADFA em Moçambique, 35 anos passados desde a explosão da mina anti-carro que matou os cinco militares que iam com ele, em Pontanhar. Muasse sofreu traumatismo da coluna lombar, membros inferiores, olhos, bexiga e uretra, entre outros órgãos, e ficou impotente. Os quatro filhos, dos quais restam hoje dois, tinham nascido antes de ir para a guerra como electricista-mecânico.

Obrigado a andar com algália e fralda, – Muasse não caminha, desliza devagar –, traz uma reserva na mochila e segura os óculos de dioptrias máximas com um bloco de fita-cola na haste. É um homem doente e cansado, com um desenho de sorriso que não desaparece, nem mesmo quando diz "antes era amigo, agora sou lixo".

Uma junta médica militar em Lisboa, logo em 1967, considerou-o "incapaz para todo o serviço militar" e deu-lhe reforma extraordinária. Estava então paraplégico, mas reaprendeu a andar "porque precisava" e "treinava a toda a hora no mata", sem muletas, uma teimosia que surpreende, intriga e que na ADFA confirmam.

Depois de ter escapado à morte e de ter voltado a andar, está no meio de outra batalha, porque o seu processo militar guardado no Exército português desapareceu. Sem ele, Muasse não existe para o Estado, que também não lhe dá visto de residência e o obriga a procurar testemunhas. E, sem elas, também não existe. "Procurar quem? Onde as vou apanhar? Já disse, eram todos daqui, como vou saber onde estão? Estão a obrigar-me a procurar, desde 1966 até agora. Se fossem da minha terra, eu devia saber. Isto não é castigo? Eu vivi sempre em Moçambique."

Não entende como Portugal lhe envia mensalmente a pensão, desde 1967 – a qual não recebe enquanto estiver em Lisboa –, como tem um número de processo, como também consta na embaixada portuguesa em Maputo, mas os documentos desapareceram. "Perdeu como?" Quer justiça, porque o que recebe "não chega para nada" e porque, todos estes anos, viveu "da enxada da mulher". Com o dinheiro que ela ganha é que compram arroz, milho grosso e mandioca. Quanto a ele, nem sequer consegue transportar mais de dois quilos de peso, fica "à rasca".

Entre a incerteza de quanto tempo vai durar "isto", o "sofrimento" e a "prisão perpétua",

"longe de toda a gente e aos trambolhões", às vezes, tem "vontade de morrer", de desistir. Não tem dinheiro para a viagem de regresso e isso até parece que o demove. O "quartel" de Paço de Arcos, o Centro Militar de Electrónica, dá a Muasse e aos amigos que vieram com ele com a mesma intenção cama e alimentação. Dois já regressaram com os processos concluídos, outro está prestes a ir-se embora também – os documentos tinham desaparecido, mas encontraram-nos noutra quartel. Muasse continua sozinho por cá. A ADFA arranja-lhe roupa, paga-lhe o passe e os detergentes e o hospital militar fornece-lhe os medicamentos.

A associação está a reconstruir o processo, de uma "injustiça flagrante", reclama José Faria, responsável pelo contacto com as delegações. "Se [os responsáveis] tivessem vontade, encontravam o processo." Em Julho passado, entrou mais um requerimento ao chefe de Estado-Maior do Exército "para que seja automaticamente classificado Deficiente das Forças Armadas". O Exército pediu entretanto documentos ao arquivo geral e este transmitiu que "não tem qualquer informação acerca da anterior situação clínica, nem de processo por acidente/doença".

Por esta semana, se continuar sem respostas, José Faria promete que vai pessoalmente à direcção-geral de pessoal do Ministério da Defesa expor o caso. Pode ser que cara a cara, Muasse passe a existir. O ex-combatente pede por isso: "Se fizer o favor de fazer mexer essa gente aí..." L.F.

Idade
70 anos
Estado
Politraumatizado.
Pede há quatro anos o estatuto de DFA; o Exército perdeu o processo
Grau de incapacidade
Provável 80 por cento

José e António Aldeia, os mais miseráveis

A vida dos irmãos José e António Aldeia corre sem abrigo nas ruas de Odivelas, há quase oito anos. Um dia frio do último Natal, as televisões passaram por lá e mostraram os dois ex-combatentes inseparáveis, sentados, fechados sobre si mesmos, entre sacos, colchões e mantas.

Na guerra do Ultramar, combateram em terras diferentes – um em Angola, outro na Guiné –, mas a vida sem abrigo é igual. Agostinho, comerciante na zona, é o elo deles com o mundo. Praticamente não falam a não ser com o amigo, que lhes leva comida quente diariamente há três anos, e que tentou mediar o caso com as entidades oficiais. António, outro morador da zona, para quem os dois irmãos são "as pessoas mais conhecidas de Odivelas e as mais miseráveis", passou a levar-lhes sopa. Na zona, hesita-se entre a indiferença, o medo de falar por causa dos insultos e da agressividade de um dos irmãos, e a troca de uma a duas palavras. Mais do que isso, só Agostinho consegue.

Depois de um pingue-pongue burocrático e inconsequente entre os serviços da câmara, a delegação de saúde e a segurança social – apesar da mediação de Agostinho –, os irmãos continuaram a recusar sair da rua. As críticas à resposta dos serviços oficiais competentes são várias. Com a colaboração da Comunidade Vida e Paz, a ACUP tentou ajudar. Fez, entretanto, uma recolha de assinaturas e interveio junto do Presidente Cavaco Silva no final do ano passado. Agostinho diz que foi por causa dessa iniciativa que o caso evoluiu e "ainda bem", porque entretanto a Liga dos Combatentes (LC) tomou conhecimento das condições de vida dos irmãos e abriu um processo de acompanhamento.

Há cerca de três semanas, José e António receberam a primeira visita do psicólogo e da assistente social da LC e estes pediram que se desencorajasse a aproximação de outras pessoas de modo a proteger a desconstrução paciente do medo que estão a fazer, um trabalho para o qual pediram "tempo", porque as pontes que os ligam ao mundo exterior são ténues, não chegam para grandes sustos ou tensões. Às vezes insultam, zangam-se, outras entram em inacção absoluta. E, quando assim é, um dos irmãos senta-se e fica horas seguidas curvado com a cabeça entre as mãos. "É o 'pensador'."

Como a lei não permite o internamento compulsivo, "há que levá-los a bem", lembra Agostinho, esperançado no trabalho da Liga. António, pelo contrário, insiste que dentro de seis meses, já sem eleições e sem Natal, "tudo estará mesma". Di-lo várias vezes, mas não quer que o tempo lhe dê razão e em vez disso lhe mande "um milagre".

Idade
Desconhecida
Estado
Sem-abrigo há anos, podem configurar casos de stress de guerra. Nunca foram avaliados
Grau de incapacidade
Indeterminado

O primeiro encontro correu bem. A equipa da Liga vai uma vez por semana à esquina da Avenida D. Dinis em Odivelas, à espera de que a confiança dos irmãos cresça, ao mesmo tempo que procura uma solução de reinserção. À Pública foi pedido que, por isso, não fossem fotografados.

José e António chegaram a trabalhar e até estão reformados por invalidez, tendo o mesmo endereço dos serviços sociais da Segurança Social, explica o presidente da ACUP, José Nunes, que critica "não ter havido uma instituição oficial que lhes dê apoio, um chá quente sequer".

Criticado por alguns por ser "demasiado radical", José Nunes responde que a sua luta é "conseguir mudar a lei dos internamentos compulsivos e contornar a burocracia" para que os ex-combatentes sem abrigo tenham uma resposta médica. "Não queremos que sejam presos, queremos é uma resposta médica, queremos que sejam vistos, pelo menos uma vez, e sejam tratados. Se não, estão a apodrecer na rua", reclama. "Dar a quem pede é vaidade. Difícil é dar a quem precisa e não pede." L.F.



Na clareira do pinhal, Damião vai pendurando os casacos. É o local onde dormiu nos últimos anos, até lhe terem dado um abrigo de jardim



NELSON GARRIDO

capa

Damião Loureiro vive num pinhal com três gatos mansos

Damião foi fogueiro-maquinista da fragata *Nuno Tristão*, na guerra do Ultramar, não se lembra bem há quanto tempo. Após duas décadas de vida de sem-abrigo, a memória de Damião é hoje difusa e incerta, hábil a fingir momentos que ela própria fechou lá dentro.

Tem certeza das patrulhas que fez pela Guiné-Bissau, Angola, Zaire, Cabinda, sempre a bordo da *Nuno Tristão*, "batia tudo desde as ilhas até Luanda", mas foge quando chega ao momento difícil do passado: "Não foi nada de grave. Houve para lá uns tiros e dois fuzileiros desapareceram. Não sei para onde foram." Talvez não tenha sido bem assim, mas não quer alongar-se sobre o assunto. Há quem diga que Damião, antigo desportista de halterofilia e natação de Leça do Balio, viu crianças caírem mortas à sua frente, junto a uns arbustos, numa patrulha num braço de mar na Guiné. Depois desse episódio, por causa dele ou com a ajuda dele, transtornou-se e a vida entrou no abismo. "Fiquei um pouco abatido depois da guerra, foi isso, os tempos eram outros." Tinham sido seis anos de serviço militar, contando com o tempo de recruta.

Em miúdo, ficava horas a ver o mar, foi para a Marinha por causa do mar, inscreveu-se como voluntário para a guerra, aos 16 anos, e foi um dos melhores do curso. Isso ele confirma, e diz repetidamente: "O mar é a minha arma."

Há duas décadas, sem saber bem porquê, fugiu para o pinhal de Fão, na freguesia de Esposende. É onde ainda vive hoje, a poucas dezenas de metros do mar. O antigo combatente, hoje com 68 anos, há muitos anos que é um sem-abrigo.

A Associação de Combatentes do Ultramar Português (ACUP) interessou-se pelo caso de Damião. Soube que, na guerra, foi transferido da Guiné para a unidade psiquiátrica do Hospital da Marinha em Lisboa. Passou por unidades semelhantes de mais dois hospitais, nos anos seguintes, e tal como no primeiro a opinião clínica foi a de que estava curado. A morte da mãe e o fracasso de uma tentativa de vida de emigrante em França ajudaram a cavar o fosso interior.

Damião lembra-se de ser "um jovem com pujança física e ter a mãe viva", de chegar, entretanto, "repatriado de França, doente e enfraquecido", a que se seguiu mais um internamento, e de nunca ter pedido ajuda porque "os tempos eram outros" e os ferimentos não se viam.

Idade

68 anos

Estado

Sem-abrigo há décadas, pode configurar caso de stress de guerra e fazer parte dos 9 por cento de vítimas com esta doença. Nunca foi avaliado desde que a doença é reconhecida por lei

Grau de

incapacidade

Indeterminado

A uma dada altura, foi apedrejado em Valença. Fugiu e pôs-se à boleia até que chegou ao pinhal de Fão. Viveu ao relento, isolado no meio dos pinheiros, na companhia de uma matilha de cães. Aos olhos dos habitantes da terra, Damião era um homem de barbas longas, que muito raramente se via, "fugido do mundo", sempre pela berma da estrada. O mundo também fugia dele por causa dos cães. Não se sabe porquê, "começou a aparecer e a aceitar sacos com comida que as pessoas deixavam pendurados em alguns sítios", diz Manuela, funcionária da junta de freguesia e uma das pessoas que mais o têm ajudado.

A maior proximidade das pessoas e instituições de Fão e a intervenção da ACUP coincidiram no tempo e nos efeitos. Desde Novembro que deixou de viver ao relento, aceitou um abrigo de jardim, em madeira, que um pequeno grupo de particulares lhe ofereceu. Vive no meio do mesmo pinhal, mas num exacto local escolhido por si. São quase nove metros quadrados de casa, com três gatos mansos em vez dos cães. Lá dentro tem um colchão com mantas no chão.

Os olhos azuis e a barba amarelada pelo tabaco sorriem quando vê chegar gente. A Santa Casa da Misericórdia alimenta-o há cerca de três meses, a junta de freguesia contribui com o transporte da comida e os motoristas são dois voluntários da junta.

Só ainda não resolveu o problema que o levou até ao pinhal. Damião nunca foi observado por um médico para avaliar a gravidade do stress de guerra em que ainda vive. Há 40 anos, a doença psicológica nem sequer era vista como doença, havia "neuroses", os soldados "cacimbavam". Quando a lei a reconheceu, em 1999, já ele tinha escapado para um mundo paralelo. Agora, parece que a vida quer fazer as pazes com o velho combatente.

Em Dezembro último, a ACUP foi buscá-lo para um almoço de Natal com mais de uma centena de ex-combatentes. "Foi bom, foi bom" sentir-se em família, diz.

Na junta, há uma pasta com o seu nome que vai crescendo e ajudando Damião a ter uma identidade. É lá que está a informação recolhida pela ACUP sobre o seu passado, a cópia do primeiro bilhete de identidade em muitos anos, emitido há alguns meses, cópias dos papéis enviados recentemente para a Segurança Social para a obtenção de reforma social e a seguinte declaração: "Nunca tive qualquer rendimento, vivo da ajuda das pessoas e nunca fiz IRS."

O ex-soldado sonha com a possibilidade de receber uma reforma – que seria o passaporte para ir ter com o irmão e ficar no mesmo lar que ele, em Paços de Ferreira. "Se houvesse essa possibilidade..."

Mas o problema de sempre permanece. O presidente da ACUP, José Nunes, que combateu em Angola, não tem dúvida de que Damião precisa de acompanhamento psicológico, "porque pode ser um trauma de guerra". Volta e meia, vai visitá-lo ao pinhal e retoma o assunto. "Então se houver uma consulta, tu vais?" E ele vai respondendo: "Vai-se ver, vai-se ver." Até que, desta vez, aceita com condições. E se a consulta viesse do Ministério da Defesa? "Aceitava." Com um exame clínico? "Para ver as minhas forças físicas? Está bem." ● L.F.



NELSON GARRIDO